

10. ANEXOS E APÊNDICES.

APÊNDICE 1 - Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis exigidas pela Resolução N° 039/10/CD de 07/10/2010, observando-se as disposições contidas na **Lei n° 6.404 de 15/12/1976**, com as respectivas alterações introduzidas pela Lei n° 11.638 de 28/12/2007 e Lei n° 11.941 de 27/05/2009, e de acordo com a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC


CNPJ nº 04.260.738/0001-49

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

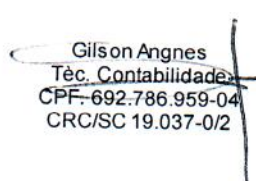
Levantado em 31/12/2016

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA POR NATUREZA DE GASTOS

CÓDIGO	TÍTULOS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	TOTAL DAS RECEITAS	27.633.094,00	28.259.094,67	657.916,16	31.915,49
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	27.633.094,00	28.259.094,67	657.916,16	31.915,49
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	23.325.895,00	23.890.798,76	564.903,76	0,00
1210.39.00	CONTRIBUIÇÕES PARA O SENAR	23.325.895,00	23.890.798,76	564.903,76	0,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.120.000,00	3.205.093,84	85.093,84	0,00
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.120.000,00	3.205.093,84	85.093,84	0,00
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	794.199,00	770.624,83	7.918,56	31.492,73
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTIT. PRIVADAS	479.820,00	448.327,27	0,00	31.492,73
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	314.379,00	322.297,56	7.918,56	0,00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	393.000,00	392.577,24	0,00	422,76
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	393.000,00	392.577,24	0,00	422,76
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF. 556.281.179-00


 Gilson Agnes
 Têc. Contabilidade
 CPF- 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

CNPJ nº 04.260.738/0001-49

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Levantado em 31/12/2016

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR NATUREZA DE GASTOS

CÓDIGO	TÍTULOS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	TOTAL DA DESPESA	27.633.094,00	25.247.006,48	46.798,21	2.339.289,31
	(+/-) DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	-46.798,21	46.798,21	0,00
	TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	27.633.094,00	25.293.804,69	0,00	2.339.289,31
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.536.672,00	2.379.296,15	0,00	157.375,85
8701	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADM.	954.277,00	855.289,90	0,00	98.987,10
8777	PAGAMENTO DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.478.714,00	1.421.011,49	0,00	57.702,51
8711	GESTÃO ADMINISTRATIVA	103.681,00	102.994,76	0,00	686,24
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	569.140,00	499.226,23	0,00	69.913,77
8718	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	569.140,00	499.226,23	0,00	69.913,77
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	140.696,00	129.363,90	0,00	11.332,10
8719	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	140.696,00	129.363,90	0,00	11.332,10
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
8753	CONTRIB. A ORG. INTERNACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	43.037,00	34.355,89	0,00	8.681,11
8703	ASSIT. MÉDICA, ODONT. A EMPREG. E SERV.	43.037,00	34.355,89	0,00	8.681,11
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	67.601,00	67.061,14	0,00	539,86
8705	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERV. E EMPREG.	67.601,00	67.061,14	0,00	539,86
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.025.998,00	3.024.404,13	0,00	1.593,87
8706	AUXÍLIO-TRANSPORTE A SERV. E EMPREG.	0,00	0,00	0,00	0,00
8707	ASSISTÊNCIA SOCIAL À SERVIDORES	8.831,00	8.737,42	0,00	93,58
8788	PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	3.017.167,00	3.015.666,71	0,00	1.500,29
333	EMPREGABILIDADE	21.249.950,00	19.160.097,25	0,00	2.089.852,75
8729	QUALIF. PROF. NA ÁREA AGROPEC. E AGROÍND.	21.249.950,00	19.160.097,25	0,00	2.089.852,75
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
8772	CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00

Jose Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanuchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Téc. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

CNPJ nº 04.260.738/0001-49

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais

ATIVO	NE	2016	2015
Circulante		26.891.120,28	23.548.094,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	24.180.257,66	21.512.134,85
Direitos a Receber		528.276,73	0,00
Dotações Orçamentárias a Receber	4	1.687.612,77	1.500.764,49
Devedores Diversos		162.876,61	93.309,47
Estoque de Material de Consumo	5	285.823,33	404.006,09
Despesas Pagas Antecipadamente		46.273,18	37.879,93
Não Circulante		1.827.187,22	1.780.389,01
Realizável a Longo Prazo		820.466,81	820.466,81
Depósitos Judiciais	6	820.466,81	820.466,81
Imobilizado	7	1.006.720,41	959.922,20
TOTAL DO ATIVO		28.718.307,50	25.328.483,84
PASSIVO	NE	2016	2015
Circulante		1.013.157,79	635.422,32
Fornecedores de Bens e Serviços	8	62.074,84	73.937,15
Contratos e Termos de Adesão a Realizar	9	566.813,11	299.941,11
Tributos e Contribuições Sociais		209,84	383,24
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	10	384.060,00	261.160,82
Patrimônio Líquido		27.705.149,71	24.693.061,52
Patrimônio Social		27.693.149,71	24.681.061,52
Resultado Acumulado		24.681.061,52	22.653.183,33
Resultado do Exercício		3.012.088,19	2.027.878,19
Reservas de Capital		12.000,00	12.000,00
Doações e Subvenções Recebidas		12.000,00	12.000,00
TOTAL DO PASSIVO		28.718.307,50	25.328.483,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF.556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

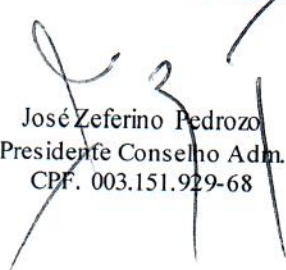
CNPJ nº 04.260.738/0001-49

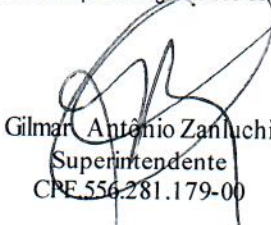
Demonstração do Resultado do Exercício


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

	Valores em Reais		
	NE	2016	2015
Receita Operacional Bruta		24.283.376,00	21.235.738,78
Contribuições Sociais		23.890.798,76	20.904.501,92
Receitas Eventuais		392.577,24	331.236,86
(-) Deduções da Receita Bruta		0,00	0,00
(=) Receita Operacional Líquida		24.283.376,00	21.235.738,78
(-) Custo dos Serviços Prestados	11	21.753.152,61	19.586.669,60
(=) Resultado Operacional Bruto		2.530.223,39	1.649.069,18
(-) Despesas Operacionais		2.696.021,95	2.246.259,19
Pessoal e Administradores		1.626.018,24	1.513.453,48
Material de Consumo		121.095,32	100.143,09
Serviços de Terceiros		650.803,67	548.732,33
Depreciações e Amortizações		257.871,22	284.678,22
Outras Despesas (-) Receitas Operacionais		40.233,50	-200.747,93
Demais Despesas		40.233,50	27.068,01
(+) Resultado Financeiro Líquido		3.177.886,75	2.625.068,20
Receitas Financeiras		3.205.093,84	2.653.732,63
(-) Despesas Financeiras		-27.207,09	-28.664,43
(=) Superávit ou Déficit do Exercício		3.012.088,19	2.027.878,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF 556.281.179-00


Gilsôn Angnes
Tec. Contabilidade
CPF: 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

CNPJ nº 04.260.738/0001-49

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

	Valores em Reais	
	2016	2015
1. Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	3.012.088,19	2.027.878,19
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		
Depreciação e Amortização	281.597,13	288.000,73
Baixas do Imobilizado em Serviço	257.871,22	284.678,22
	23.725,91	3.322,51
(+) Variações no Ativo	-674.902,64	-173.164,40
Direitos a Receber	-528.276,73	0,00
Dotações Orçamentárias a Receber	-186.848,28	10.444,95
Devedores Diversos	-69.567,14	-224,63
Estoque de Material de Consumo	118.182,76	-182.903,69
Despesas Pagas Antecipadamente	-8.393,25	-481,03
(+) Variações no Passivo	377.735,47	-41.933,04
Fornecedores de Bens e Serviços	-11.862,31	29.119,69
Tributos e Contribuições Sociais	-173,40	215,64
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	122.899,18	3.789,73
Convênios e Termos de Adesão a Realizar	266.872,00	-75.058,10
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	2.996.518,15	2.100.781,48
2. Atividades de Investimento		
Aplicações no Ativo Imobilizado	-328.395,34	-512.316,20
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Invest.	-328.395,34	-512.316,20
3. Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2)	2.668.122,81	1.588.465,28
4. Aumento Líquido nas Disponibilidades	2.668.122,81	1.588.465,28
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	21.512.134,85	19.923.669,57
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	24.180.257,66	21.512.134,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF.556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037/0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

CNPJ nº 04.260.738/0001-49

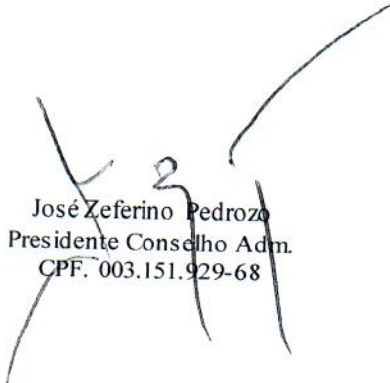
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

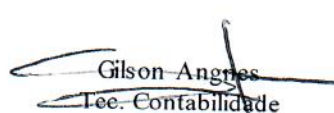
Valores em Reais

Mutações	Patrimônio Social	Reservas de Capital	Superávit ou Déficit	Totais
		Doações e Subvenções	do Exercício	
Saldo em 31/12/2014	20.324.371,42	12.000,00	2.328.811,91	22.665.183,33
Transferência	2.328.811,91	-	-2.328.811,91	0,00
Superávit do Exercício	-	-	2.027.878,19	2.027.878,19
Saldo em 31/12/2015	22.653.183,33	12.000,00	2.027.878,19	24.693.061,52
Transferência	2.027.878,19	-	-2.027.878,19	0,00
Superávit do Exercício	-	-	3.012.088,19	3.012.088,19
Saldo em 31/12/2016	24.681.061,52	12.000,00	3.012.088,19	27.705.149,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF 556.281.179-00


 Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - AR/SC

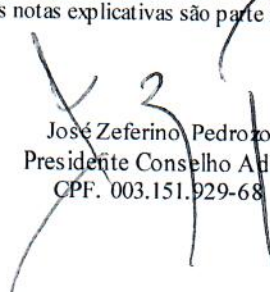
CNPJ nº 04.260.738/0001-49

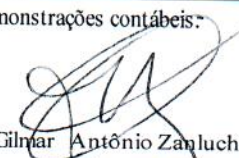
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

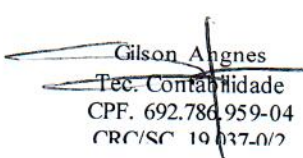
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

	Valores em Reais	
	2016	2015
1- Origens de Recursos		
<u>Das Operações</u>	3.293.685,32	2.315.878,92
Resultado Líquido do Exercício	3.012.088,19	2.027.878,19
<u>Despesas (Receitas) que não Afetam o Circulante Líquido</u>		
- Depreciações e Amortizações	257.871,22	284.678,22
- Baixas de Bens do Ativo Imobilizado	23.725,91	3.322,51
<u>De Terceiros</u>	0,00	0,00
Aumentos do Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00
Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
TOTAL DA ORIGENS	3.293.685,32	2.315.878,92
2- Aplicação de Recursos		
<u>No ativo permanente</u>	328.395,34	512.316,20
Aquis. de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado	328.395,34	512.316,20
<u>Para outros fins</u>	0,00	0,00
Ajuste Devedor Líquido de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Em Investimentos	0,00	0,00
TOTAL DAS APLICAÇÕES	328.395,34	512.316,20
3 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (1-2)	2.965.289,98	1.803.562,72
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
4 - ATIVO CIRCULANTE		
4.1 - No início do exercício	23.548.094,83	21.786.465,15
4.2 - No final do exercício	26.891.120,28	23.548.094,83
4.3 - Variação (4.2- 4.1)	3.343.025,45	1.761.629,68
5 - PASSIVO CIRCULANTE		
5.1 - No início do exercício	635.422,32	677.355,36
5.2 - No final do exercício	1.013.157,79	635.422,32
5.3 - Variação (5.2 - 5.1)	377.735,47	-41.933,04
6 - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (4-5)	2.965.289,98	1.803.562,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis:


 José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68


 Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF.556.281.179-00


 Gilson Agnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037.072

APÊNDICE 2 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em Reais

1. Contexto Operacional

a) Estrutura Jurídica e Objetivos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

b) Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

c) Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;

Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica - 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.



Contribuição da Agroindústria - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

d) Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

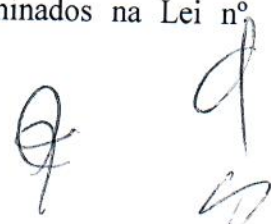
As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

e) Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Principais Práticas Contábeis

- a) Apresentação** – as demonstrações contábeis são elaboradas conforme a Lei nº 6.404/1976, contemplando os efeitos das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e convertidas para os modelos determinados na Lei nº 4.320/1964, visando atender a norma do SENAR.



Contribuição da Agroindústria - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

d) Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.


As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

e) Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Principais Práticas Contábeis

- a) Apresentação** – as demonstrações contábeis são elaboradas conforme a Lei nº 6.404/1976, contemplando os efeitos das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.



3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa				2016	2015
Caixa e Bancos				5.250,82	1.812,28
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras					
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Recursos Próprios				23.968.066,12	21.208.619,46
Banco do Brasil S/A	CDB DI SWAP	18/01/2019	98,0% CDI	10.157.470,15	9.049.583,46
Banco do Brasil S/A	CDB DI	19/11/2021	96,0% CDI	140.055,33	150.522,00
Banco do Brasil S/A	CDB DI	11/10/2018	98,0% CDI	10.557.138,96	9.284.912,32
Caixa Econômica Federa	CDB DI	03/04/2018	97,0% CDI	3.113.401,68	2.723.601,68
Contratos e Termos de Adesão				206.940,72	301.703,11
Banco do Brasil S/A	CDB DI	09/11/2018	98,0% CDI	-	8.072,04
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	98,0% CDI	11.584,54	-
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	128.690,21	293.631,07
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	66.665,97	-
Soma Aplicações Financeiras				24.175.006,84	21.510.322,57
Total Caixa e Equivalentes de Caixa				24.180.257,66	21.512.134,85

As aplicações financeiras estão representadas pelo saldo em fundos de aplicação financeira, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil e CEF), com prazos de resgate variáveis.

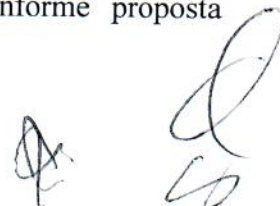
4. Direitos a Receber

Direitos a receber registra o saldo a receber de entidades parceira na execução da atividade fim do SENAR-AR/SC. Refere-se ao valor a ser recebido em decorrência da execução de etapas dos respectivos termos de parceria.

Recursos por Origem	2016	2015
REDE ETEC - MEC	169.276,73	0,00
SEBRAE/SC	359.000,00	0,00
Soma	528.276,73	0,00

O saldo a receber sob o título Programa REDE ETEC - MEC, no valor de R\$ 169.276,73, refere-se ao valor aplicado com recursos do SENAR-AR/SC a ser ressarcido com recursos em conta do programa.

O saldo de R\$ 359.000,00 refere-se a primeira parcela do valor a ser repassado pelo SEBRAE-SC no Programa de Fortalecimento da Bovinocultura de Corte, conforme proposta 4729/SEBRAETEC.



5. Dotações Orçamentárias a Receber

O saldo das Dotações Orçamentárias a Receber está representado pelo valor da apropriação da arrecadação do mês de dezembro a ser repassada pelo SENAR- Administração Central. Registra o valor efetivamente a ser recebido, conhecido a partir de informação disponível oportunamente.

6. Estoque de Material de Consumo

Composto de materiais de expediente, informática, EPI, instrucionais e outros materiais de consumo depositados no almoxarifado, registrado pelo custo médio e devidamente inventariado em 31 de dezembro de 2016.

7. Depósitos Judiciais

Representados pelo valor exigido em decorrência de notificação fiscal aplicada em procedimento de fiscalização realizado pela Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme descrito na letra "a" da nota 14.

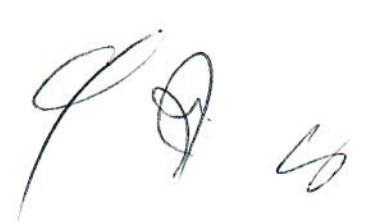
8. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo, deduzidos as depreciações, representando o conjunto de bens utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

O efeito das despesas com depreciações sobre o resultado do exercício foi de R\$ 257.871,22

a) Movimentação das contas do imobilizado



Descrição	Saldo em 31/12/2015	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2016
		Adições	(-) Baixas	
Bens Móveis				
1) Custo de Aquisição				
Equip. Máquinas e Aparelhos em Geral	97.622,92	12.322,00	-2.079,00	107.865,92
Veículos	395.400,00	91.000,00	-36.300,00	450.100,00
Mobiliário em Geral e Material de Copa	300.419,83	39.854,00	-1.100,43	339.173,40
Equipamentos de Comunicação	30.302,20	12.022,29	0,00	42.324,49
Máquinas Aparelhos e Utensílios de escritório	490.408,96	65.996,05	-6.898,50	569.506,51
Semoventes	0,00	42.900,00	0,00	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	45.214,92	43.931,00	0,00	89.145,92
Computadores e Periféricos	0,00	370,00	0,00	370,00
Computadores e Periféricos (projeto reaparelhamento)	790.863,00	0,00	-9.447,00	781.416,00
Soma	2.150.231,83	328.395,34	-55.824,93	2.422.802,24
2) (-) Depreciações	-1.214.657,64	-254.888,18	32.099,02	-1.437.446,80
3) Residual (1-2)	935.574,19	73.507,16	-23.725,91	985.355,44
Bens Imóveis				
1) Custo de Aquisição				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Prédios	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Soma	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
2) (-) Depreciações	-62.734,99	-2.900,04	0,00	-65.635,03
3) Residual (1-2)	24.265,01	-2.900,04	0,00	21.364,97
Outros Imobilizados				
1) Custo de Aquisição				
Direito de Uso de Software	12.540,94	0,00	0,00	12.540,94
2) (-) Depreciações	-12.457,94	-83,00	0,00	-12.540,94
3) Residual (1-2)	83,00	-83,00	0,00	0,00
Total Custo de Aquisição	2.249.772,77	328.395,34	-55.824,93	2.522.343,18
Total Depreciações	-1.289.850,57	-257.871,22	32.099,02	-1.515.622,77
Total Residual	959.922,20	70.524,12	-23.725,91	1.006.720,41

b) Composição do imobilizado

Contas	Taxa	2016		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	2016	2015
Bens Móveis					
Equip. Máquinas e Aparelhos em Geral	10%	107.865,92	-65.122,79	42.743,13	36.730,71
Veículos	20%	450.100,00	-236.304,26	213.795,74	208.432,54
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	339.173,40	-203.519,63	135.653,77	116.904,80
Equipamentos de Comunicação	10%	42.324,49	-19.802,40	22.522,09	13.158,00
Máquinas Aparelhos e Utensílios de escritório	20%	569.506,51	-356.629,97	212.876,54	207.078,80
Semoventes	10%	42.900,00	0,00	42.900,00	0,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	89.145,92	-18.589,12	70.556,80	34.375,44
Computadores e Periféricos (projeto)	33%	370,00	-88,06	281,94	0,00
Computadores e Periféricos (projeto reapar.)	20%	781.416,00	-537.390,57	244.025,43	318.893,90
Soma		2.422.802,24	-1.437.446,80	985.355,44	935.574,19
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Prédios (A)	7%	80.000,00	-65.635,03	14.364,97	17.265,01
Soma		87.000,00	-65.635,03	21.364,97	24.265,01
Outros Imobilizados					
Direito de Uso de Software	20%	12.540,94	-12.540,94	0,00	83,00
Total		2.522.343,18	-1.515.622,77	1.006.720,41	959.922,20

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%.



9. Fornecedores de Bens e Serviços

Classificação	2016	2015
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	35.653,78	35.420,00
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	26.421,06	38.517,15
Soma	62.074,84	73.937,15

10. Contratos e Termos de Adesão a Realizar

Recursos por Origem	2016	2015
PRONATEC	128.870,46	299.594,94
REDE ETEC BRASIL	0,00	255,95
REDE ETEC - MEC	78.942,65	90,22
SEBRAE/SC(*)	359.000,00	0,00
Soma	566.813,11	299.941,11

(*) No Termo de Parceria com o SEBRAE/SC não houve liberação do recursos até 31/12/2016.

Detalhamento das Disponibilidades por Programa

PRONATEC	R\$
Saldo em Conta Corrente Bancária	180,25
Saldo em Aplicações - CDB	0,00
Saldo em Conta Poupança	128.690,21
Soma	128.870,46
(-) Contas a liquidar 2016	0,00
Soma das Disponibilidade do Programa	128.870,46

Passivo	R\$
PRONATEC	128.870,46
Saldo Disponibilidade do Programa	128.870,46



REDE ETEC - MEC

REDE ETEC - MEC	
Saldo em Conta Corrente Bancária	692,14
Saldo em Aplicações - CDB	11.584,54
Saldo em Conta Poupança	66.665,97
Soma	78.942,65
(-) Contas a liquidar 2016	0,00
Soma das Disponibilidade do Programa	78.942,65
Passivo	R\$
Saldo Disponibilidade do Programa	78.942,65

11. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

Registra o saldo de obrigações com o pagamento de férias de empregados e dos respectivos encargos sociais.

12. Composição dos Custos dos Serviços Prestados

A seguir apresentamos a abertura dos custos operacionais por rubrica e relevância.

Custos	2016	2015
Termo de Cooperação e PE	15.996.547,00	14.592.544,04
Pessoal	2.685.314,43	2.500.807,92
Encargos Sociais	552.620,42	495.804,12
Material de Consumo	431.511,54	400.988,09
Serviços de Terceiros/encargos	2.012.992,61	1.517.883,89
Outros Insumos	74.166,61	78.641,54
Soma	21.753.152,61	19.586.669,60

13. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações, conforme descrito a seguir:



Objeto dos Seguros	Custo em Reais	Vigência
<u>Edificações</u>		
- Centro de Distribuição - Palhoça - SC	1.001,74	nov/17
- Sede Nova Veneza - SC	212,35	ago/17
<u>Veículos - Frota</u>	12.742,41	set/17
<u>Instalações - Sede SENAR-AR/SC</u>	987,18	set/17
<u>Equipamentos Portáteis - Notebooks</u>	3.207,40	nov/17
<u>Empilhadeira</u>	425,12	jun/17
Soma	18.576,20	
<u>Seguro de Vida - Funcionários</u>	1.824,48	jul/17
Total	20.400,68	

14. Contingências:

a) Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005, o INSS emitiu a NFLD 357687795 em desfavor do SENAR/SC, tendo como mote a não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34.

Por discordar da exigência, o SENAR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância.

Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13/08/2014, os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, julgando improcedente o lançamento.

A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.

No entendimento da administração, orientados pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício. Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.

No encerramento do Exercício de 2016 permaneceram recursos em conta de depósito judicial no montante de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.



b) Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária

O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.

15. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

16. Balanço Orçamentário

a) Análise do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário indicou a realização da receita (receita efetivamente recebida) de 102,27% e realização da despesas/investimentos de 91,53% da prevista. Se desconsiderarmos os investimentos realizados no período (rubricas 8701 e 8729 despesas de capital) a realização das despesas fica em 90,35%.

b) Quadro resumo do Balanço Orçamentário



NATUREZA DA RECEITA	REFORMULADO	REALIZADO	% REAL/PREV	% A REALIZAR
CONTRIBUIÇÕES LEI Nº 8.315 - SENAR	23.325.895,00	23.890.798,76	102,42%	-2,42%
RECEITA PATRIMONIAL	3.120.000,00	3.205.093,84	102,73%	-2,73%
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00%	0,00%
CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO (REDE ETEC)	479.820,00	448.327,27	93,44%	6,56%
CONVÊNIOS (Pronatec)	314.379,00	322.297,56	102,52%	-2,52%
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00%	100,00%
SALDOS DE EXECÍCIOS ANTERIORES - REC. DIV.	0,00	0,00	0,00%	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS	393.000,00	392.577,24	0,00%	100,00%
SUB-TOTAL RECETAS	27.633.094,00	28.259.094,67	102,27%	-2,27%
OUTRAS RECEITAS (SALD. EXERC. ANT.)	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DA RECEITA	27.633.094,00	28.259.094,67	102,27%	-2,27%

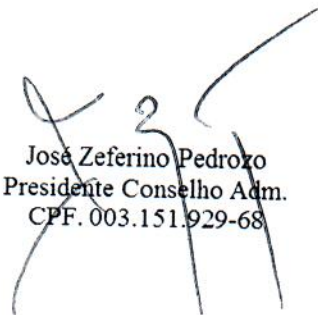
NATUREZA DA DESPESA	REFORMULADO	REALIZADO	% REAL/PREV	% A REALIZAR
ATIVIDADE MEIO				
8701 - MANUTENÇÃO DE SERV. ADMINISTRATIVOS	757.426,00	777.089,56	102,60%	-2,60%
8777 - PAGTO PESSOAL, ENC. SOCIAIS E TRAB.- ADM	1.478.714,00	1.421.011,49	96,10%	3,90%
8711 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	103.681,00	102.994,76	99,34%	0,66%
8703 - ASSIST. MÉDICA ODONTOL. SERV., EMPREGADOS E SEUS DEP.	43.037,00	34.355,89	79,83%	20,17%
8705 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS	67.601,00	67.061,14	99,20%	0,80%
8706 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREG.	0,00	0,00	0,00%	0,00%
8707 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES	8.831,00	8.737,42	98,94%	1,06%
ATIVIDADE FIM				
8718 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	569.140,00	499.226,23	87,72%	12,28%
8719 - DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	140.696,00	129.363,90	91,95%	8,05%
8788 - PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	3.017.167,00	3.015.666,71	99,95%	0,05%
8729 - QUALIF. PROF. NA ÁREA DE AGROPEC. E AGROIND.	19.688.899,00	18.909.902,25	96,04%	3,96%
1 - SUB-TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS CORRENTES	25.875.192,00	24.965.409,35	96,48%	3,52%
8701 - Despesas de Capital	196.851,00	78.200,34	39,73%	60,27%
8729 - Despesas de Capital	1.561.051,00	250.195,00	16,03%	83,97%
2 - SUB-TOTAL INVESTIMENTOS	1.757.902,00	328.395,34	18,68%	81,32%
TOTAL DAS DESPESAS + INVESTIMENTOS	27.633.094,00	25.293.804,69	91,53%	8,47%
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	27.633.094,00	25.293.804,69		
4 - SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO		2.965.289,98		
TOTAIS	27.633.094,00	28.259.094,67		

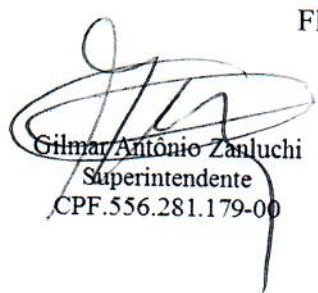
17. Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários

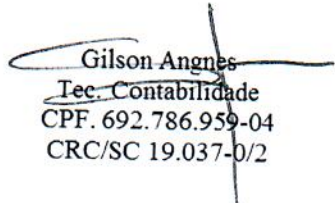
O SENAR - Administração Central, através da Resolução nº 30/16/CD estabeleceu a padronização dos registros contábeis e orçamentários em atendimento ao item 9.3 do Acórdão 699/2016 do TCU Plenário.

Os ajustes necessários para a adequação dos saldos orçamentários em 31 de dezembro de 2016 serão reconhecidos no exercício de 2017.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2016.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00


Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

5. Relatório de Auditoria Independente

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho Administrativo e Fiscal do SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, os demonstrativos contábeis acima referidos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, em 31 de dezembro de 2016, de acordo com a legislação e normas específicas para a sua categoria de entidade, observadas as orientações da Administração Central do SENAR.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Os responsáveis pela governança do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 31 de março de 2017.


Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012